

AS GRAMÁTICAS DOS LINGUISTAS NO BRASIL: EFEITOS DE SENTIDO POLÊMICOS SOBRE A LÍNGUA A RE-CONHECER

Washington Silva de Farias*

Universidade Federal de Campina Grande

Campina Grande, Paraíba, Brasil

Resumo: Neste trabalho analisamos o discurso de gramáticas contemporâneas do português brasileiro assinadas por linguistas, tendo em vista identificar efeitos de sentido produzidos acerca da língua objeto de descrição e sua relação com o discurso da gramática tradicional e da linguística. Utilizamos um corpus de seis gramáticas publicadas a partir dos anos 2000, tomando-as enquanto política de língua – espaços simbólicos de constituição e des/legitimação de sentidos. O trabalho se inscreve no âmbito dos estudos sobre a gramatização brasileira e da Análise de Discurso, focalizando prefácios e apresentações das gramáticas selecionadas, nos quais identificamos a constituição de efeitos polêmicos relativos às divisões português do Brasil/português de Portugal, língua falada/língua escrita e língua culta/língua popular. Também constatamos que a posição dos linguistas-gramáticos se constitui como um lugar de tensão discursiva tanto em relação à posição do linguista quanto do gramático tradicional.

Palavras-chave: Gramatização brasileira. Gramáticas de linguistas. Política de língua(s).

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a produção de gramáticas (normativas), de forma ora mais ora menos prescritiva, exerceu ao longo do século XX, hegemonicamente, a função de dizer o que era e o que não era a língua do país e como esta poderia/deveria ser estudada, ensinada e aprendida. Após a segunda metade do século XX, no entanto, tendo em vista o ingresso das teorias linguísticas modernas nos cursos de Letras do país, os instrumentos gramaticais tradicionais deixaram de ser a única referência para a representação da língua. Os estudos linguísticos, no entanto, não surtiram grande efeito sobre as gramáticas tradicionais. Esse fato, além de decorrente do antagonismo ideológico entre as posições do gramático tradicional e do linguista, foi reforçado pela criação e institucionalização da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a partir do final dos anos de 1950, que teve um efeito de bloqueio na produção de conhecimentos sobre a língua por meio de instrumentos gramaticais.

Nos últimos tempos, no entanto, presenciamos uma nova forma de instrumentação da língua no Brasil: linguistas começaram a assumir também a tarefa histórica de produzir gramáticas. Nessa direção, após o reinado solitário, por quase dez anos, da *Gramática de usos do português* (NEVES, 2000), veio a lume, a partir do final dos anos 2000, um significativo número de obras gramaticais assinadas por linguistas (especificadas a seguir).

* Doutor em Linguística. Professor Adjunto. Email: washfarias@gmail.com

Essas obras podem ser compreendidas como novos lugares simbólico-políticos de constituição e des/legitimação de sentidos sobre a língua no Brasil e sobre os próprios *instrumentos linguísticos* que se propõem a descrevê-la (as gramáticas). Nesse sentido, estão configurando uma nova etapa do processo brasileiro de *gramatização*¹.

Partindo dessas considerações iniciais, neste trabalho buscaremos analisar o discurso das gramáticas dos linguistas brasileiros, tendo em vista observar nele *efeitos de sentido*² acerca da língua objeto de descrição. Pretendemos demonstrar quanto a isso que o discurso das gramáticas dos linguistas, embora de modo geral orientado para uma releitura crítica (movimentação, re-conhecimento) dos sentidos tradicionalmente atribuídos à língua no/do Brasil, não é evidente e homogêneo, antes surge assinalando uma disputa, tanto com o discurso da linguística quanto com o da gramática tradicional, pelo poder de dizer/definir a língua do brasileiro.

De modo específico, tentaremos assim responder às seguintes questões:

- a) Que efeitos de sentido as gramáticas dos linguistas produzem acerca da língua do Brasil?
- b) Como se posicionam em relação ao discurso da gramática tradicional e da linguística na produção de tais efeitos?

2 O ESTUDO DE GRAMÁTICAS NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: LÍNGUA, GRAMÁTICA E POLÍTICA DE LÍNGUA(S)

As gramáticas aqui observadas serão tomadas como objetos simbólicos que participam do chamado processo brasileiro de gramatização da língua portuguesa. No Brasil esse processo vem sendo estudado no âmbito do projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil (ORLANDI, 2001, 2002), a partir da análise da produção de gramáticas por autores brasileiros, desde as décadas finais do século XIX. Na proposta desse projeto, a investigação das gramáticas se articula com a questão da constituição e legitimação da língua, do sujeito e do Estado brasileiros. Uma importante conclusão desse projeto é que a produção de gramáticas no último quartel do século XIX em nosso país institui e legitima a função-autor *gramático brasileiro*. Essa assunção de autoria, nas condições sócio-históricas e políticas em que se processa, assinala uma tomada de posição política dos estudiosos brasileiros frente ao saber sobre a língua aqui produzido, que passa a ser visto não mais como mero reflexo do saber português, mas em relação ao próprio país – e ao português do Brasil – e sua história. Nesse momento há, portanto, um deslocamento da autoridade de dizer a língua portuguesa.

Após a primeira fase da gramatização brasileira, já no século XX, a produção de gramáticas em nosso país se tornará cada vez mais intensa, sendo o *gesto* de autoria gramatical não mais um elemento representativo da autonomia intelectual e política do

¹ Por *gramatização* estamos entendendo aqui, com Aurox (1992), a instrumentação das línguas pela produção de tecnologias descritivas como gramáticas e dicionários.

² Sentidos produzidos segundo condições de produção determinadas, no jogo da língua do sujeito e da história.

Brasil frente a Portugal, mas um lugar de afirmação da necessária unidade imaginária interna da língua (nacional) em face e às expensas de sua heterogeneidade real. A autoria de gramática então passa a se³ vincular à definição de uma norma padrão, que vai delimitar quem é e quem não é sujeito da língua correta/incorreta no Brasil.

Ainda no século XX, o acontecimento político da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB, 1959), oficializada pelo Estado brasileiro⁴, vai produzir novos efeitos sobre a autoria e a produção de gramáticas no Brasil, uma vez que impõe uma unificação terminológica que resulta num efeito de congelamento do discurso das gramáticas, visível na repetição do formato e dos conteúdos destas. A NGB representa, assim, um bloqueio à renovação dos estudos gramaticais, isto é, à constituição de discursos outros para a explicação/interpretação da língua via instrumentos gramaticais. Nessa perspectiva, enquanto as gramáticas passam a ocupar um lugar academicamente criticado (porém ainda institucional e socialmente legitimado) de reprodução de um saber ultrapassado sobre a língua, os estudos linguísticos se colocam na dianteira da produção do saber novo. Institui-se, assim, nos estudos da língua no Brasil, uma nova função-autor: a do *linguista*, que vai rivalizar com a função de *gramático* (tradicional) na disputa pelos sentidos da língua a conhecer, ensinar e aprender.

A recente produção gramatical de linguistas, no entanto, vai de encontro à tendência engendrada pela NGB, forçando, a nosso ver, uma reistoricização do processo de gramatização da língua no Brasil, dado que promove uma movimentação de sentidos significativa não somente quanto à representação da língua objeto da gramática como também quanto à própria forma dessa gramática, dentre outros deslocamentos⁵.

Pensar esses deslocamentos de sentidos inscreve o estudo das gramáticas dos linguistas no campo da investigação das relações entre linguagem e política, tema sobre o qual tecemos a seguir algumas breves considerações.

Em trabalho recente, Orlandi (2007) propõe pensar a relação entre linguagem e política a partir de uma diferença entre *política de língua(s)* e *política linguística*. No primeiro caso, a língua seria vista como “questão política”, ou seja, como “formas sociais” significadas “no espaço político de seus sentidos”, a língua em seu “corpo simbólico-político”; no segundo, se trataria da língua como questão “de política” (de *política linguística* ou de *planejamento linguístico*), em que os sentidos da língua são tomados como dados e manipuláveis. Essa diferença pode ser ainda melhor compreendida se relacionada às noções de *língua fluida* e *língua imaginária* (ORLANDI, 2002, 2009). Como se sabe, em Análise de Discurso (AD), campo teórico

³ Na escrita deste trabalho, tomo posição não somente sobre o objeto teórico que investigo, mas também, em alguns pontos, sobre a língua com que escrevo sobre esse objeto. Ou seja, **me** posicionei como sujeito-autor pesquisador, mas também como sujeito-autor **da** língua. Essa manifestação de autoria consistiu no acatamento intencional de certos usos linguísticos não abonados pela chamada *norma-padrão tradicional*, sobretudo quanto à colocação pronominal, no que dou preferência à posição proclítica, por me parecer a mais característica do português brasileiro atual.

⁴ A adoção da NGB no ensino de Língua Portuguesa foi recomendada pela Portaria Nº 36, de 28/01/1959, do então ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado (LUFT, 1967). Esse gesto do Estado deu à NGB, assim, o *status* discursivo de norma.

⁵ Um retorno (não sem deslocamentos, não sem contradições) à “exuberância teórica” das gramáticas (ORLANDI, 2002), face à monotonia terminológica da NGB.

no qual este trabalho se inscreve, considera-se a língua como condição de base para a produção do discurso. No entanto, não se pensa a língua como forma abstrata ou instrumental, mas como forma material, linguístico-histórica. Nessa perspectiva, as características fundamentais da língua são a incompletude e a capacidade de falha, condição da movimentação dos sentidos e da interpretação. É pensando a língua a partir desse ponto de vista que podemos então distinguir duas modalidades de sua existência: a da *língua fluida*, a língua em sua plenitude, corpo da língua total (*real da língua*), e a da(s) *língua(s) imaginária(s)*, a língua recortada, parcial (*imaginário de língua*).

A reflexão sobre a “política de língua(s)” ou sobre o “político da língua” nos remete, portanto, à noção de língua fluida, a língua em sua historicidade própria, língua sempre a interpretar; já quando falamos em “política linguística” ou do “político na língua”, estamos nos reportando à noção de “língua(s) imaginária(s)”, a língua individualizada, língua interpretada, pelo Estado, pela(s) gramáticas(s), pelas teorias, etc. Assim, é no jogo tenso entre a língua fluida e a(s) língua(s) imaginária(s), entre a política da língua e a(s) política(s) linguística(s) que podemos trabalhar a língua em funcionamento na história. Em instrumentos como as gramáticas, esse jogo se manifesta nos modos como nelas se busca controlar a língua fluida mediante produção de certos imaginários de língua. Assim, entendemos que as gramáticas, conforme as seleções e exclusões que realizam, são espaços de significação a partir dos quais se pode observar a dimensão política do discurso gramatical.

É nessa perspectiva que analisamos, nas seções seguintes deste trabalho, o discurso das gramáticas dos linguistas brasileiros, considerando *efeitos de sentido* referentes à(s) língua(s) imaginária(s) que tomam como objeto de descrição e representação.

3 AS GRAMÁTICAS DOS LINGUISTAS E O RE-CONHECIMENTO DA LÍNGUA BRASILEIRA

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS GRAMÁTICAS DOS LINGUISTAS

Antes de passarmos à análise do objeto propriamente dito deste trabalho, julgamos necessárias algumas rápidas considerações sobre a produção de gramáticas pelos linguistas brasileiros de um ponto de vista cronológico e histórico.

As primeiras publicações de linguistas brasileiros que se aproximam da forma de um instrumento linguístico do tipo gramática são obras descritivas da língua portuguesa, elaboradas a partir de princípios e conceitos teóricos da linguística, das quais se pode depreender a busca de uma metalinguagem alternativa para a descrição das gramáticas tradicionais. Exemplos de obras dessa fase são *Estrutura da língua portuguesa*, de J. Mattoso Câmara Jr (CÂMARA JR, [1970] 1985), *Estrutura morfosintática do português*, de A. Rebouças Macambira (MACAMBIRA, [1973] 1982), *Moderna gramática brasileira*, de Celso P. Luft (LUFT, [1974] 1985) e *Gramática descritiva do português*, de Mário de A. Perini (PERINI, 1996).

Dentre os autores que acabamos de mencionar, Mattoso Câmara ocupa um lugar específico na história das ideias linguísticas no Brasil, pois não somente inaugura a posição-sujeito *linguista brasileiro* em nosso país como também é legitimado como tal, ao longo de sua carreira, em virtude de sua produção teórica, reiteradamente retomada e citada (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007). Pedro Luft, cabe destacar, embora historicamente identificado como gramático (tradicional), sempre ocupou uma posição muito similar à do linguista, atento e receptivo que sempre foi às ideias linguísticas; prova disso é sua crítica, de primeira hora, à NGB (LUFT, [1960] 1967), a sua *Moderna gramática brasileira*, publicada na década de 1970, que se propõe a descrever “o modelo (norma) brasileiro da língua portuguesa”, aproveitando consistentemente elementos da chamada Linguística Moderna e da Teoria da Comunicação (LUFT, [1974] 1985⁶), e ainda o seu lúcido e corajoso libelo *Língua e liberdade*, saído na década de 1980 (LUFT, 2002), em que se rebela contra o ensino de língua fundamentado nas gramáticas tradicionais.

Após essa fase, a primeira gramática de fôlego teórico e metodológico produzida por um(a) linguista é a *Gramática de usos do português*, de M. H. de Moura Neves (NEVES, 2000), que terá grande aceitação no meio acadêmico enquanto proposta de descrição do português em novas bases e será referência isolada, no seu gênero, para o estudo universitário do português por quase uma década. Após a gramática de Neves, mais para o final da década de 2000, intensifica-se a produção de gramáticas por linguistas brasileiros, sendo registradas, em ordem cronológica, as seguintes publicações: *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (AZEREDO, 2008), *Gramática do brasileiro* (FERRAREZI JR.; TELES, 2008), *Gramática do português brasileiro* (PERINI, 2010), *Nova gramática do português brasileiro* (CASTILHO, 2010), *Gramática pedagógica do português brasileiro* (BAGNO, 2011), *Pequena gramática do português brasileiro* (CASTILHO; ELIAS, 2012) e *Gramática de bolso do português brasileiro* (BAGNO, 2013). Desse conjunto, vamos tomar como *corpus* de nossa análise as seis gramáticas produzidas entre 2000 e 2011⁷, observando de modo particular partes introdutórias das obras onde estão colocadas, de forma mais explícita, posições políticas sobre a língua.

A despeito das particularidades dessas publicações, dadas as posições que assumem em relação à língua do/no Brasil, podemos postular que, em seu conjunto, assinalam a emergência de uma nova fase do processo brasileiro de gramatização da língua e, portanto, uma nova função-autor, a de *linguista-gramático*. Essa nova função se justifica pelo fato de que os autores das gramáticas aqui analisadas respondem de modo diverso quer dos gramáticos tradicionais, quer dos próprios linguistas, teóricos da linguagem, à questão da língua. De nosso ponto de vista, os linguistas-gramáticos estão participando e influenciando sobre a constituição de um (novo) imaginário contemporâneo da língua no Brasil, sendo por isso importante conhecer e explicitar as posições colocadas em jogo em suas propostas de re-conhecimento da língua, tarefa que nos propusemos a tratar neste trabalho, ainda que de modo exploratório.

⁶ Discordamos, portanto, da afirmação de Bagno (2011, p. 25) de que a gramática de Luft seja “essencialmente uma gramática ‘da língua portuguesa’ no mesmo espírito das tradicionais”.

⁷ As gramáticas de Castilho e Elias (2012) e Bagno (2013), que são versões pedagógicas de Castilho (2010) e Bagno (2011), respectivamente, não foram consideradas na análise a fim de não sobrecarregar este texto.

3.2 A LÍNGUA BRASILEIRA NAS GRAMÁTICAS DOS LINGUISTAS

Quanto à representação da língua, três discursividades, dentre outras, atravessam e constituem o discurso das gramáticas dos linguistas, produzindo efeitos de sentido polêmicos sobre a língua brasileira, tendo em vista o agenciamento de certas divisões imaginárias do *espaço de enunciação da língua* (GUIMARÃES, 2007) no Brasil: entre a língua do Brasil e a de Portugal, entre as modalidades falada e escrita e entre as variedades sociais culta e popular. Essas divisões vão assim orientar aqui a análise do discurso das gramáticas dos linguistas.

3.2.1 A DIVISÃO PORTUGUÊS DO BRASIL/PORTUGUÊS DE PORTUGAL

No que se refere à divisão português do Brasil/português de Portugal, as gramáticas dos linguistas brasileiros, de forma direta ou indireta, marcam posição no debate sobre a especificidade da língua no/do Brasil. Esse debate, como se sabe, remonta ao século XIX (GUIMARÃES, ORLANDI, 1996) e gira em torno de duas posições gerais de significação ou de sentido:

- a) Uma posição purista, que afirma a existência de uma língua comum ao Brasil e a Portugal – denominada português ou língua portuguesa. Essa posição dirige para uma política de unidade linguística entre Brasil e Portugal, tendo, portanto, um viés colonialista; é a posição mais antiga no debate em questão, mas ainda em jogo na atualidade, por exemplo, no acordo de unificação ortográfica entre os países lusófonos aprovado em 2008;
- b) Uma posição não purista, que sustenta uma política da diferença e da especificidade do português do Brasil em relação à língua de Portugal; são exemplos dessa posição, além das conhecidas defesas da “língua brasileira” empreendidas por José de Alencar, no período romântico de nossa literatura, o gesto político-científico de produção das primeiras gramáticas brasileiras no século XIX, e também a própria iniciativa da NGB, que, apesar de seu caráter homogeneizador, consistiu numa política linguística específica do Estado brasileiro sobre a terminologia gramatical.

Essa segunda posição é complexa, pois encerra orientações polêmicas, ora se referindo apenas à diferença entre as modalidades faladas nos dois espaços de enunciação, com afirmação da unidade da escrita, ora a uma diferenciação de outra ordem, mais geral, em que se postula a existência de uma língua própria brasileira. No primeiro caso, é comum a menção a “variedades” faladas e escritas do português (posição de Perini, por exemplo); no segundo, não há referência à noção de variedades, mas apenas a um “parentesco” passado entre o português do Brasil e o de Portugal (posição de Bagno, por exemplo).

Na perspectiva discursiva da unidade, a questão da denominação da língua não tem contornos polêmicos explícitos, falando-se, genérica e indistintamente, do “português” ou da “língua portuguesa” como uma evidência; na perspectiva da diferença, a denominação da língua é já uma questão, dando origem a formulações diversas: português “do Brasil”, português “brasileiro”, “brasileiro”.

Nesse confronto de posições, as gramáticas dos linguistas brasileiros se filiam ao discurso da especificidade, tomando a língua como lugar de legitimação de uma identidade nacional brasileira. Essa posição aparece marcada nos títulos da maioria das novas gramáticas: as de Perini (2010), Castilho (2010) e Bagno (2011) se denominam do “português brasileiro”; a de Ferrarezi Jr. e Teles, do “brasileiro”; as de Neves (2000) e Azeredo (2008) mantêm as denominações “genéricas” e tradicionais (“do português”, “da língua portuguesa”), mas tratam de fato da língua do Brasil, assinalando isso nas suas apresentações e em outras partes de seus textos.

As posições dos linguistas-gramáticos quanto à especificidade da língua do Brasil não são, no entanto, homogêneas, nem se materializam no texto das gramáticas com a mesma explicitude. A esse propósito, podemos inicialmente observar que, à exceção da gramática de Neves (2000), todas as demais se pronunciam sobre a questão da unidade/diferença entre a língua do Brasil e a língua de Portugal, indicando assim a persistência do tema e de seu caráter ainda polêmico⁸.

Esses pronunciamentos se materializam de modo diverso em capítulos, seções específicas ou breves menções nas gramáticas dos linguistas, verificando-se tanto o registro dessas posições, com alinhamento ao discurso da “língua comum”, com “variedades” continentais – europeia, africana, oceânica e latino-americana (CASTILHO, 2010, PERINI, 2010), quanto o registro das posições mencionadas, mas com alinhamento ao discurso da diferença de línguas (FERRAREZI JR.; TELES 2008; BAGNO, 2011). Desse modo, podemos constatar que a designação “português brasileiro”, utilizada nas gramáticas dos linguistas, é um lugar de equívoco, pois ora remete à identificação de uma variedade intercontinental de uma língua (portuguesa) comum, ora à identificação de uma língua própria, diferente do português de Portugal e de outros países, também denominada, neste caso, “brasileiro”. Igualmente se deve concluir que as gramáticas de Neves (2000) e Azeredo (2008), apesar de suas denominações não marcarem posição explícita no debate sobre a língua no/do Brasil, remetem ao português do Brasil, com exclusão da “variedade” europeia, também se inscrevendo na filiação discursiva da diferença, na medida em que descrevem exclusivamente os usos brasileiros.

Essas observações ilustram o fato de que as denominações de uma língua, como de todas as palavras, não significam por si mesmas, mas dependem das filiações/redes de sentidos que as sustentam histórica e ideologicamente, se configurando assim como *efeitos de sentido*.

As posições acima explicitadas trazem à tona, direta ou indiretamente, a questão da des/colonização linguística. De acordo com Orlandi (2009, p. 172), “a descolonização, assim como a colonização, tem a ver com o modo como as sociedades se estruturam politicamente em relação aos países, aos Estados, às Nações, às tribos”. Em países de origem colonial, ainda de acordo com a mesma autora, a gramatização pode funcionar como instrumento de descolonização. É o que ocorreu no Brasil no final do século XIX com a produção de gramáticas por autores brasileiros, que então

⁸ Essa discussão poderia parecer anacrônica. No entanto, conforme sugere Pêcheux ([1975] 1997, p. 87), por trás do “retorno incessante a uma questão que incomoda” está a indicação de sua não-resolução.

“assumem a autoridade de dizer que língua é essa [a do Brasil] e ‘como’ é essa língua, autorizando-se(nos) em relação à singularidade do português do Brasil” (ORLANDI, 2009, p. 175). Nesse momento, afirma categoricamente Orlandi (2009, p. 177): “o Brasil já é um país lingüisticamente descolonizado”.

No caso do movimento contemporâneo de gramatização da língua promovido pelos linguistas, podemos dizer que estamos diante de um novo gesto de descolonização linguística (cujo alcance ainda não podemos avaliar), embora seja este um gesto contraditório, ambíguo, na medida em que ainda registra posições alinhadas com a ideia de uma “língua comum”, fazendo persistirem assim efeitos da colonização linguística, política e cultural portuguesa. Nesse sentido, os argumentos dos linguistas-gramáticos sobre a especificidade da língua do Brasil merecem algumas considerações. Dois tipos de argumentos, comentados a seguir, podem ser detectados no caso.

Parte das gramáticas que se filiam ao discurso da diferença entre variedades de uma língua comum (AZEREDO, 2008; PERINI, 2010; CASTILHO, 2010) mencionam os “traços”, “mudanças” ou “particularidades” formais e estruturais características do português brasileiro como “elementos diferenciais” em relação ao português europeu. Azeredo (2008, p. 549-552), por exemplo, traz uma seção com “Alguns traços característicos do português brasileiro” distintivos do “uso lusitano corrente”; Castilho (2010, p. 192-193) apresenta um quadro com as “Principais diferenças entre o português brasileiro e o português europeu”.

Esses elementos lembram um procedimento comum entre as gramáticas tradicionais do português de definição da língua brasileira por contraste de traços com o português europeu, mantendo assim a memória da colonização. Quanto a isso, há, todavia, no discurso dos linguistas-gramáticos, uma movimentação de sentidos, pois a lembrança da “variedade” europeia, outrora bem marcada por uma indicação de seus traços linguísticos característicos, agora quase sempre é apagada, enfatizando-se os traços brasileiros.

Já no discurso das duas gramáticas que se inscrevem na perspectiva da diferença de línguas, não são tanto traços formais e estruturais da língua que justificam a diferença, mas a relação com a cultura ou identidade cultural do povo que a utiliza:

- (1) [...] cada cultura em que um diferente sistema linguístico se insere corresponderá uma nova língua. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que no Brasil falamos o brasileiro, na Angola, o angolano, no Timor se fala o timorenho, em Portugal se fala o português [...]. (FERRAREZI JR; TELES, 2008, p. 19)
- (2) O estreito vínculo sociocultural, sociogeográfico e sócio-histórico dos falantes com sua língua obriga a considerar que todo idioma nacional é uma língua plena, de modo que não há como classificar o PB e o português como ‘variedades’ de uma ‘mesma’ língua, uma vez que os falantes brasileiros, ao usar a língua, estão agindo para a (re)criação e fortalecimento de sua própria identidade sociocultural e sociolinguística, na mais plena e justificada ignorância do que é e como se constitui a identidade dos portugueses. (BAGNO, 2011, p. 77)

Nas sequências (1) e (2), pode-se observar uma posição de ruptura explícita com os sentidos da colonização, tendo em vista a liberação do estudo e do ensino do português brasileiro de uma vinculação imaginária necessária com o português europeu.

Tal posição, em certa medida, se aproxima da tese que Orlandi (2002, 2005, 2009) vem defendendo acerca de uma filiação de memória própria da língua portuguesa no Brasil, que, assim, justificaria a existência de uma “língua brasileira”. Para aquela autora, a língua do Brasil (quer denominada “português do Brasil”, “português brasileiro” ou simplesmente “brasileiro”) não se definiria a partir de uma noção abstrata de língua, segundo a qual o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), por partilharem uma só materialidade formal, seriam a mesma língua. A autora descarta também o argumento de se tratarem o PB e PE de sistemas formais distintos tendo em vista suas diferenças empíricas mais visíveis (fonéticas, morfológicas ou sintáticas). O elemento decisivo na definição da língua do Brasil, para ela, estaria em sua materialidade linguístico-histórica (discursiva), ou seja, no fato de a língua dos brasileiros, dada sua “historicização singular, se constituir num espaço de interpretação próprio, produzindo discursos distintos” (ORLANDI, 2002, p. 30).

Desse modo, um primeiro deslocamento/movimento de sentidos a ser registrado no discurso das gramáticas dos linguistas é o fato de se proporem a descrever unanimemente a língua do Brasil e não mais uma instância linguística geral e indistinta chamada “português”. Temos então aqui a produção de um efeito de completude imaginária da língua enquanto marca de uma identidade brasileira, portanto, um efeito de descolonização e nacionalização da língua.

3.2.2 A DIVISÃO LÍNGUA FALADA/LÍNGUA ESCRITA

Uma outra discursividade produtora de efeitos de sentido polêmicos sobre a língua no discurso das gramáticas dos linguistas diz respeito à modalidade de língua que os autores se propõem a descrever, havendo aqui também heterogeneidade de posições, nem sempre fáceis de identificar. Vejamos sequências em que os linguistas-gramáticos explicitam ou mencionam a modalidade de língua abordada em suas gramáticas:

- (3) A *Gramática de usos do português* constitui uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil. (NEVES, 2000, p. 13).
- (4) O objeto desta gramática é a variedade escrita do português em uso no Brasil. (AZEREDO, 2008, p. 26)
- (5) Você, leitor, deve lembrar que, logo ali atrás, havíamos postulado que nossa abordagem deveria ser do uso e da cultura para a estrutura, e não a forma tradicional da estrutura para o uso. Era como dizer – voltando a Saussure – que a necessidade da “parole” precedia a criação da “langue” e que, portanto, a langue deveria ser prioritariamente descrita através da “parole”. (FERRAREZI JR.; TELES, 2008, p. 18)
- (6) Vamos estudar aqui a gramática da língua falada no Brasil por mais de 187 milhões de pessoas. (PERINI, 2010, p. 19)
- (7) Gostaria de insistir que na língua falada nada se apaga, nem mesmo a própria maquinaria da linguagem, permitindo uma inspeção privilegiada. Esse fato corriqueiro é um dos fundamentos da teoria multissistêmica exemplificada nesta gramática. (CASTILHO, 2010, p. 216)
- (8) Sendo essa uma gramática do português brasileiro, o que nela vai aparecer são as formas genuinamente brasileiras de falar e escrever. (BAGNO, 2011, p. 33)

A consideração dessas sequências permite observar que parte das gramáticas toma a modalidade escrita da língua como objeto privilegiado de descrição (NEVES, 2000; AZEREDO, 2008), o que, nesse sentido, as inscreve na perspectiva das gramáticas tradicionais; em uma direção contrária, outra parte das gramáticas assume a língua falada como objeto, se opondo à perspectiva tradicional (FERRAREZI JR; TELES, 2008; PERINI, 2010; CASTILHO, 2010); uma das gramáticas, ainda, se propõe a uma conciliação entre o objeto tradicional – a língua escrita – e o objeto novo – a língua falada –, tratando de ambos (BAGNO, 2011). Este também é o caso das gramáticas de Castilho e Elias (2012) e Bagno (2013).

Assim, embora haja um evidente reconhecimento no discurso das gramáticas dos linguistas da língua falada como novo objeto de descrição/explicação, à exceção de Azeredo (2008)⁹, a relação entre língua falada e língua escrita é um ponto de tensão nas gramáticas dos linguistas tomadas em seu conjunto, na medida em que encerram diferentes modos de gestão da relação oralidade/escrita.

A esse respeito, as gramáticas dos linguistas manifestam uma maior tensão discursiva, quer em relação ao discurso da gramática tradicional quer ao discurso teórico da linguística. Isso ocorre porque, no discurso tradicional, se sustenta um efeito de homogeneidade na representação da língua, produzido pela sobredeterminação da modalidade escrita em relação à oralidade, enquanto no discurso linguístico, inversamente, um efeito análogo de homogeneidade se dá pela sobredeterminação da modalidade oral. O discurso das gramáticas dos linguistas, distintamente, considerada a forma como vem se textualizando, sugere um duplo e contraditório movimento de legitimação ao mesmo tempo da oralidade e da escrita. Considerando, no entanto, que o discurso linguístico pressupõe a primazia do oral sobre o escrito, sendo este um traço que o diferencia do discurso tradicional, a presença da escrita no discurso das gramáticas dos linguistas, assim, pode ser interpretada como um vestígio de “resistência” do discurso tradicional.

Os linguistas-gramáticos, no entanto, quer tomem a oralidade quer a escrita como objeto, se propõem a descrever/explicar os usos ou funcionamento da língua, e não a prescrevê-los, como no discurso tradicional. Observe-se, por exemplo, como nas sequências de (3) a (8) os linguistas-gramáticos evitam enunciados prescritivos a favor dos descritivos ou explicativos, mencionando, sem a adjetivação normativa, “usos”, “empregos”, “formas”, etc.

As fontes – orais ou escritas – que os linguistas-gramáticos tomam como referência para legitimar os usos “descritos”, “mostrados”, “observados”, “identificados”, etc., são heterogêneas quanto a sua natureza e extensão cronológica, diferenciando-se nisso também o gesto de interpretação da língua pelos linguistas-gramáticos em relação ao discurso tradicional:

⁹ Azeredo (2008) é o único dos linguistas aqui considerados que toma, sem ambiguidade, a escrita como objeto de sua gramática. Em Neves (2000, p. 14), a alegação da “representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem as peças teatrais”, mais do que caracterizar de fato uma inclusão de dados orais, funciona como uma justificativa para sua ausência; ao mesmo tempo, produz um efeito imaginário de completude descritiva da língua, uma vez que a *Gramática de usos do português* tanto abrangeria a modalidade falada da língua quanto a escrita.

- (9) Os usos são observados em uma base de dados de 70 milhões de ocorrências [...] Esse *corpus* abriga textos escritos da literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática [...] sendo notável a representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem as peças teatrais. (NEVES, 2000, p. 14).
- (10) Identificamos assim um conjunto sistemático de formas e construções da língua portuguesa empregadas razoavelmente em comum por escritores/jornalistas/autores brasileiros, desde a segunda metade do século XIX até os dias atuais, em obras literárias, técnicas, científicas e ensaísticas em geral, assim como na maior parte dos textos impressos nos principais jornais e revistas dos grandes centros urbanos contemporâneos. (AZEREDO, 2008, p. 26).
- (11) [...] nesta gramática estamos estudando as formas que ocorrem no contexto falado informal, não em textos publicados, nem em discursos formais de posse ou formatura [...].
- (12) Aqui [...] o leitor encontrará a gramática da língua falada diariamente nas ruas, e reproduzidas nas novelas da TV, no teatro e no cinema nacional. (PERINI, 2010, p. 21).
- (13) Sendo essa uma gramática do português brasileiro, o que nela vai aparecer são as formas genuinamente brasileiras de falar e escrever. (BAGNO, 2011, p. 33).
- (14) Nos próximos capítulos, como aliás já tenho feito nos anteriores em menor escala, vou me servir do *corpus* do NURC para exemplificar a vigência, no PB atual, de regras gramaticais que não são contempladas na TGP [tradição gramatical do português] ou, se contempladas, sofrem censura e condenação. (BAGNO, 2011, p. 497).
- (15) No que diz respeito à língua escrita ou, mais especificamente, aos GTM [gêneros textuais mais monitorados], vou me valer de textos disponíveis na internet publicados pelas grandes agências de notícias brasileiras, bem como textos assinados por profissionais das diversas áreas de conhecimento, desde que essa autoria esteja claramente identificada. (BAGNO, 2011, p. 501)

De modo geral, as sequências de (9) a (12)¹⁰ demonstram que as gramáticas dos linguistas buscam redefinir – real ou imaginariamente – o *corpus* que sustenta a imagem da língua brasileira, mediante proposição de ampliação das fontes tradicionais ou eleição de novas fontes.

Sobre esse ponto, lembremos que as gramáticas tradicionais da língua portuguesa sustentam uma imagem de língua (norma prescritiva) que tem como referência a escrita literária e seus autores (escritores-poetas), abrangendo todas as épocas da língua, resultando num efeito de atemporalidade e de homogeneidade/idealidade da língua. Já as gramáticas dos linguistas propõem uma descrição/explicação da língua com base em dados de uso diversificados e atuais (falados ou escritos), produzindo, assim, um efeito de atualidade e diversidade da língua.

No caso das duas gramáticas que descrevem/explicam o português a partir de dados exclusivamente escritos, há uma diferença em relação à abrangência cronológica dos *corpora* assumidos. O *corpus* mencionado na gramática de Neves (2000), mais recente, se constitui, segundo esta autora, de “textos escritos da literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática” (NEVES, 2000, p. 14), abrangendo material escrito das décadas de 1950 a inícios da década de 1990; já na perspectiva da gramática de Azeredo (2008), há uma ampliação cronológica do *corpus*, uma vez que se trata de

¹⁰ Não incluímos entre essas sequências nenhum trecho de Ferrarezi e Teles (2008) em virtude de esses autores não explicitarem as fontes da descrição proposta em sua gramática, senão de modo muito vago.

“um conjunto sistemático de formas e construções da língua portuguesa empregadas razoavelmente em comum por escritores/jornalistas/autores brasileiros, desde a segunda metade do século XIX até os dias atuais” (AZEREDO, 2008, p. 25).

A gramática de Castilho (2010), de acordo com seu autor, se constitui numa filtragem e síntese dos resultados do Projeto NURC (década de 1970) e do Projeto Gramática do Português Falado (década de 1990)¹¹. Já Bagno (2011) alega utilizar dados orais do NURC, reconhecendo neles uma certa desatualização, já que recolhidos na década de 1970, e dados escritos de “textos disponíveis na internet e publicados pelas grandes agências de notícias brasileiras, bem como textos assinados por profissionais de várias áreas de conhecimento” (BAGNO, 2011, p. 501).

Ferrarezi Jr. e Teles (2008) e Perini (2010) defendem, em suas gramáticas, a necessidade de descrição da língua falada, da língua em uso, mas não especificam as fontes de seus dados. Perini afirma, de modo genérico, que em sua gramática o leitor encontrará “a gramática da língua falada diariamente nas ruas, e reproduzidas nas novelas da TV, no teatro e no cinema nacional” (PERINI, 2010, p. 21); Ferrarezi Jr. e Teles (2008, p. 43) indicam, sobre isso, que o estudioso da língua “tem que decidir, com base na sua modalidade lingüística, o que é consistente como teoria explicativa”, sugerindo nessa proposição que se utilizam de dados de sua própria intuição lingüística.

Portanto, dois modos de legitimação dos dados da língua são observados nas gramáticas dos linguistas: na maioria delas, se busca a caução dos dados descritos/explicados em outros usuários autorizado(re)s da língua, produzindo um efeito de distanciamento/objetividade e apagando a posição política do gramático como responsável pela eleição dos dados que representam o uso; na outra parte, os próprios locutores-gramáticos é que legitimam os usos descritos, embora não o declarem explicitamente, revelando, do ponto de vista discursivo, a posição política do linguista-gramático como legitimador dos usos que representam a língua.

Essas observações indicam, portanto, uma divisão imaginária dos dados possíveis de legitimar a língua descrita entre dois tipos: dados empíricos (resultantes de coleta) e dados intuitivos (decorrentes da apreciação do locutor linguista-gramático). Ainda assim, vale destacar que, em todas as gramáticas aqui apreciadas, os autores buscam produzir um efeito de objetividade, de empirismo, destacando a importância do uso real da língua, mesmo que na prática de suas gramáticas, de fato, mesquem dados intuitivos e empíricos. Assim, longe de um consenso sobre a imagem da língua, o que esses elementos nos sugerem é uma diversidade de línguas (imaginárias).

De toda forma, no discurso das gramáticas analisadas, se verifica uma “proposta” de ampliação dos domínios discursivos a partir dos quais a língua é descrita: além ou no lugar do (tradicional) domínio literário, o jornalístico, o publicitário, o da pesquisa científica (sobre a língua falada), o da internet, etc.

A extensão da gramática para esses outros domínios implica também uma redefinição dos locutores autorizados a legitimar as regras que representam o

¹¹ Na gramática de Castilho e Elias (2012), além de dados orais do NURC, os autores se valem de dados escritos, sobretudo de textos publicitários e jornalísticos, ainda que não explicitem a forma de recolha desses dados nem sua relação com os dados orais.

funcionamento da língua: além ou no lugar dos prosadores e poetas da literatura, escritores outros, tais como jornalistas e publicitários, e também os sujeitos “comuns” com escolaridade superior dos projetos NURC e da Gramática do Português Falado.

Ainda com relação à representação do *corpus* da língua nas gramáticas dos linguistas, uma observação merece ser feita quanto ao estatuto das fontes literárias, que têm sua dominância ora relativizada, pela legitimação de outras fontes, como em Neves (2000) e Azeredo (2008), ora rejeitada, em prol da instituição de novas fontes, não literárias, como nos demais autores. Nesses dois casos, há uma re-divisão do poder de legitimação das regras da língua, com diminuição ou exclusão da influência dos autores da literatura.

Quanto ao recorte temporal de suas fontes, conforme já mencionado, as gramáticas dos linguistas produzem um efeito de atualidade, visto que, de modo geral, recobrem ou pretendem recobrir, imaginariamente, estados mais recentes da língua. Neves (2000, p. 13), por exemplo, fala de uma língua que “está sendo usada”.

Os diferentes modos de referência às modalidades oral e escrita da língua brasileira, bem como a diversidade de fontes (e de sua extensão temporal) representadas no discurso das gramáticas dos linguistas, portanto, resultam em efeitos de sentido distintos sobre a língua, demonstrando mais uma vez o caráter polêmico do discurso dessas gramáticas.

3.2.3 A DIVISÃO LÍNGUA CULTA/LÍNGUA POPULAR

Um outro deslocamento polêmico do discurso das gramáticas dos linguistas diz respeito à representação da divisão social da língua.

É característica do discurso gramatical tradicional a produção de uma imagem da unidade da língua, sustentada num ideal de uso culto legitimado pela escrita literária, com exclusão de outros usos, relegados a uma *discursividade do erro* (AGUSTINI, 2004), portanto, da não-língua. Os linguistas-gramáticos também tomam como objeto de descrição o uso culto da língua, quer quando tratando da língua falada, quer da língua escrita. Assim, apesar de abrirem mão da função normativa das gramáticas tradicionais e politicamente se pronunciarem a favor da diversidade linguística e mesmo contra o preconceito que recai sobre variedades estigmatizadas, os linguistas-gramáticos trabalham a *gestão das diferenças* (DIAS, 2007) no espaço enunciativo da língua. Com isso, eles apagam ou minimizam a existência da divisão social da língua pela eleição de uma variedade culta como objeto de descrição:

- (16) Embora uma gramática de usos nãoja, em princípio, normativa, para maior utilidade ao consulente comum a norma é invocada comparativamente, de modo a informar sobre as restrições que tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos. (NEVES, 2000, p. 14).
- (17) Ainda que do ponto de vista estritamente linguístico se trate de “uma variedade da língua entre outras” [a variedade padrão escrita do português], importa reconhecer que ela se distingue das demais por sua condição de “modelo de uso”. (AZEREDO, 2008, p. 25).

Os exemplos são majoritariamente derivados do uso culto corrente do português do Brasil, especialmente em sua modalidade escrita. (AZEREDO, 2008, p. 27).

- (18) [...] neste livro a descrição enfoca a fala das populações urbanas relativamente escolarizadas [...] Ou seja, estou aqui descrevendo a língua falada padrão, uma variedade que é altamente uniforme e socialmente aceita em todo o país. (PERINI, 2010, p. 44-45).
- (19) Entretanto, se o padrão culto for colocado numa perspectiva científica como uma variedade linguística entre outras, e se o relacionarmos com as situações sociais em que ele é utilizado, tudo bem a ciência voltará a respirar aliviada. (CASTILHO, 2010, p. 90).
- (20) Por isso o qualificativo de pedagógica que aparece no título desta gramática – ele descreve, mas também propõe uma nova norma linguística para o ensino [...]. (BAGNO, 2011, p. 27)

A norma-padrão tradicional acaba perdendo espaço para a norma real, habitual, normal, pelos usos feitos pelos falantes em suas atividades linguísticas cotidianas. É dessa norma real, habitual, normal, que vamos tratar nesse livro. (BAGNO, 2011, p. 33)

Nesse caso, podemos dizer que, falando do lugar de linguistas-gramáticos, os linguistas estão marcando posições não coincidentes em relação ao lugar de linguistas. A posição de linguistas foi historicamente constituída pela ruptura com a precedência da escrita sobre a fala e da unidade sobre a diversidade, orientação esta que sempre sustentou o discurso da gramática tradicional e a imagem de língua nacional que esta legitima. A não coincidência mencionada distingue, portanto, neste momento histórico, os objetivos da produção das gramáticas dos linguistas do conjunto das pesquisas linguísticas, que têm como meta descrever/explicar a heterogeneidade da língua.

Há, portanto, no discurso dos linguistas-gramáticos um afastamento da divisão (política) da língua e um investimento numa unidade/homogeneidade em relação a uma nova língua padrão/culta, identificada com a língua nacional, na medida em que se apresenta como uso a ser preferencialmente conhecido, estudado, pesquisado, com exclusão de outros usos. Pode-se depreender então disso uma defecção quanto à meta de descrição/explicação da língua em sua diversidade de variedades, em benefício de uma nova norma, identificadora do uso culto brasileiro e de nossa identidade idiomática.

A imagem da língua brasileira culta, nas gramáticas dos linguistas, no entanto, não é a mesma da gramática tradicional, pois não tem como referência, como já aqui destacado, o mesmo *corpus*, definindo-se como representação de usos reais, situados, correntes. Além disso, há uma movimentação no discurso dessas gramáticas no que se refere à definição dos modelos que legitimam esse padrão/culto, ou seja, à definição de suas fontes e da extensão histórica de sua apreensão, quer se trate do padrão/culto oral quer escrito, conforme também aludido na seção anterior.

A despeito da relevância dada à língua culta, as gramáticas dos linguistas, sendo descritivas, não podem assumir metas prescritivas, como a de “fazer saber” um modo de dizer considerado correto (“ensinar a falar e escrever corretamente a língua”), que institui para os falantes uma língua (imaginária) comum. Desse modo, propõem para as gramáticas outras/novas demandas: o reconhecimento de modos de dizer do português brasileiro e/ou a explicação/demonstração de conhecimentos linguísticos considerados

relevantes para a compreensão de sua estrutura e funcionamento¹². Nessa perspectiva, podemos observar que as gramáticas de Neves (2000), Azeredo (2008) e Bagno (2011), ainda que teoricamente sustentadas, se ocupam mais especificamente em atestar ou explicitar usos. Já as gramáticas de Ferrarezi Jr. e Teles (2008), Perini (2010) e Castilho (2010), ainda que também atestando usos, cingem-se mais estreitamente a demonstrações teóricas.

Um fato ainda que chama a atenção nas gramáticas dos linguistas quanto à questão que estamos discutindo é que todas elas buscam explicitar sua forma de relação com a tradição gramatical, se registrando, quanto a isso, posições ora de conciliação ora de ruptura. Assim, de acordo com esse critério, uma divisão das gramáticas dos linguistas brasileiros pode ser feita nos seguintes termos: de um lado, poderíamos ajuntar as gramáticas que propõem algum tipo de conciliação com a tradição (NEVES, 2000; AZEREDO, 2008; CASTILHO, 2010):

- (21) Embora uma gramática de usos não seja, em princípio, normativa, para maior utilidade ao consulente comum a norma é invocada comparativamente, de modo a informar sobre as restrições que tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos. (NEVES, 2000, p. 14).
- (22) [...] buscamos com a presente proposta um ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação, seja na ordenação e articulação dos assuntos, seja nos conceitos teóricos e descritivos, seja ainda na seleção de exemplos. O enfoque é essencialmente descritivo, sem prejuízo, contudo, de considerações de ordem normativa, sempre que oportunas [...]. (AZEREDO, 2008, p. 26).
- (23) Deixando de lado uma bisonha repulsa aos achados da Gramática tradicional, este livro mostra como as pesquisas linguísticas, na verdade, aprofundaram e enriqueceram esses achados, operando a partir de princípios e aplicando uma metodologia segura. (CASTILHO, 2010, p. 33)

De outra parte, temos as gramáticas que propõem um maior afastamento ou mesmo ruptura com essa tradição (FERRAREZI JR.; TELES, 2008; PERINI, 2010; BAGNO, 2012):

- (24) Uma proposta [a da *Gramática do Brasileiro*] de abordar os fatos gramaticais desobedecendo ao compromisso, até hoje imperiosamente obedecido pelos nossos gramáticos tradicionalistas, de ser insuportavelmente enfadonho, muito pouco explicativo e essencialmente latinista. (FERRAREZI JR.; TELES, 2008, p. 20).
- (25) O objetivo deste livro é descritivo: ou seja, descrever como é o PB, não prescrever formas certas e proibir formas erradas. (PERINI, 2010, p. 21).
- (26) Aqui a professora e o professor vão encontrar a descrição de aspectos essenciais da gramática do português brasileiro [...] um português brasileiro contemporâneo urbano culto, que nada tem a ver com o modelo muito idealizado de “língua certa” que as gramáticas prescritivas, os livros didáticos e os meios de comunicação [...] ainda insistem em divulgar [...] (BAGNO, 2011, p. 26)

Ainda a respeito da relação entre as gramáticas dos linguistas e a tradição gramatical, temos que ressaltar que a posição de conciliação é em geral mais de ordem terminológica e composicional do que conceitual, prevalecendo nas gramáticas dos

¹² Estamos aqui nos referindo às demandas das “gramáticas modernas” mencionadas por Dias (2007).

linguistas, a despeito de seu efeito de unidade em torno de um padrão de língua culta, a caução na discursividade científica da linguística (sob diferentes perspectivas teóricas). A discursividade pedagógica tradicional da correção é, portanto, deslocada, nas gramáticas dos linguistas, para discursividades da eficiência e competência no uso da língua culta e da reflexão sobre seu funcionamento, atenuando essas outras discursividades a injunção normativa própria das gramáticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características das novas gramáticas do português brasileiro produzidas pelos linguistas é, de modo geral, a justificativa dos deslocamentos de sentido que pretendem produzir no saber sobre a língua. Isso sugere uma vontade/possibilidade de movimentação do discurso gramatical em nosso país, movimentação essa que, nas gramáticas analisadas, se apresenta sob a forma polêmica, tendo em vista trabalharem a divisão política imaginária da língua portuguesa no espaço de enunciação brasileiro, afetadas tanto pelo discurso científico da linguística quanto pelo discurso normativo das gramáticas tradicionais.

Nessa perspectiva, neste trabalho procuramos apontar alguns desses deslocamentos e seus efeitos polêmicos em relação a três discursividades presentes nas gramáticas dos linguistas: a da identidade nacional da língua, a da modalidade de língua a que corresponde essa identidade (oralidade, escrita) e a da padronização da língua, em cujo debate se coloca sua divisão política entre variedades sociais (cultas, populares).

A análise empreendida permite concluir que as novas gramáticas dos linguistas não são meras descrições, neutras, objetivas, da língua brasileira. Elas são lugares de interpretação de sua divisão política, da pluralidade de línguas (imaginárias) em disputa e litígio no espaço sócio-histórico das discursividades da língua no Brasil, demarcando uma forma de entrada dos linguistas no jogo de des/legitimação que constitui para os brasileiros sua identidade linguística.

Nesse sentido, podemos afirmar que as gramáticas dos linguistas, a despeito de alguns vestígios de conciliação e resistência, estão disputando com as gramáticas tradicionais o imaginário da língua nacional, buscando estabilizar novos/outros sentidos para a língua. Desse modo, não se pode dizer, a propósito dessa produção, que represente o lugar há muito esperado a partir do qual linguistas e gramáticos viverão felizes para sempre, como sugere Castilho (2010). Não se pode afirmar também que as gramáticas dos linguistas sejam isentas dos efeitos da discursividade tradicional, desfazendo-se de todo da injuntividade normativo-prescritiva (a “opção” por descrever uma variedade culta demonstra bem isso). As gramáticas dos linguistas, ao optarem por descrever uma variedade “comum” e “cultas”, se situam num lugar equívoco entre uma perspectiva da língua como norma, comportamento (im)posto a ser seguido, e como uso, funcionamento a ser conhecido.

A movimentação de sentidos sobre a língua produzida pelas gramáticas dos linguistas, a despeito de seus efeitos polêmicos, deixa evidente, no entanto, um forte investimento na mudança da relação de forças que sustenta e mantém a relação dos

sujeitos brasileiros com sua língua, com pretensões e possibilidades de promover deslocamentos no imaginário dominante de “nossa” língua nacional. Ainda assim, considerando que tal imaginário, no caso brasileiro, foi historicamente constituído por uma conjunção estreita e cúmplice entre gramática (tradicional), escola e Estado, que garantiu uma representação legitimada e institucionalizada da língua (“nacional”) e do instrumento político que sustenta (a gramática tradicional), para dar ao seu discurso igual eficácia ideológica, as gramáticas dos linguistas terão de entrar num jogo de legitimação mais amplo, ultrapassando os muros do espaço acadêmico e testando sua aceitação no conjunto da sociedade. Será que estão realmente equipadas para isso?

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C. L. H. *A estilística no discurso da gramática*. Campinas: Pontes: Fapesp, São Paulo, 2004.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- AZEREDO, J. C. de *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- _____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, [1970] 1985.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____; ELIAS, V. M. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DIAS, L. F. Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2007. p. 183-200.
- FERRAREZI JR, C. F. da; TELES, I. M. *Gramática do brasileiro: uma nova maneira de entender a língua*. São Paulo: Globo, 2008.
- GUIMARÃES, E. Política de línguas na lingüística brasileira: da abertura dos cursos de letras ao estruturalismo. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2007. p. 63-82.
- _____; ORLANDI, E. P. *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. O político na lingüística: processo de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2007. p. 11-18.
- LUFT, C. P. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. *Moderna gramática brasileira*. 6. ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Globo, [1974] 1985.
- _____. *Gramática resumida*. 2. ed. Porto Alegre, Editora Globo, [1960] 1967.
- MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfo-sintática do português*. 4. ed. São Paulo. Pioneira, [1973] 1982.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- ORLANDI, E. P. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: Editora RG, 2009.
- _____. Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2007. p. 53-62.
- _____. (Org.). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional* (Org.). Campinas, SP: Pontes; MT: UNEMAT Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. ; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; MT: UNEMAT Editora, 2001. p. 21-38.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1975] 1997.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

Recebido em: 26/05/13. Aprovado em: 10/02/14.

Title: *The linguists' grammars in Brazil: polemical meaning-effects on language to be recognized*

Author: Washington Silva de Farias

Abstract: *In this paper we analyze the discourse of Brazilian Portuguese grammars signed by linguists in order to identify meaning-effects on the language description object and its relations with traditional grammar discourse and linguistics discourse as well. We used as corpus six grammars published in Brazil after the year 2000, taken as language policy – symbolic places of constitution and de/legitimation of meanings. The work falls within the scope of the Brazilian grammatization studies and in the field of Discourse Analysis, focusing on the prefaces and introductions of selected grammars, in which we have identified a constitution of polemical effects concerning the divisions Portuguese of Brazil/Portuguese of Portugal, spoken language/written language and cultured language/popular language. We also found that the position of the linguists-grammarians constitutes a discursive place of tension both in relation to position of the linguists as the one of traditional grammarians.*

Keywords: *Brazilian grammatization. Linguists' grammars. Language(s) policy.*

Título: *Gramáticas de lingüistas en Brasil: efectos de de sentido polémicos sobre la lengua a re-conocer*

Autor: Washington Silva de Farias

Resumen: *En ese trabajo analizamos el discurso de gramáticas contemporáneas del portugués brasileño firmadas por lingüistas, con el objetivo de identificar efectos de sentido producidos acerca de la lengua objeto de descripción y su relación con el discurso de la gramática tradicional y de la lingüística. Utilizamos un corpus de seis gramáticas publicadas a partir de los años 2000, tomándolas mientras política de lengua – espacios simbólicos de constitución y des/legitimación de sentidos. El trabajo se inscribe en el ámbito de los estudios sobre la gramatización brasileña y del Análisis del Discurso, focalizando prefacios y presentaciones de las gramáticas seleccionadas, en los cuales identificamos la constitución de efectos polémicos relativos con divisiones portugués de Brasil/portugués de Portugal, lengua hablada/lengua escrita y lengua culta/lengua popular. También constatamos que la posición de los lingüistas-gramáticos se constituye como un lugar de tensión discursiva tanto en relación con la posición del lingüista cuanto del gramático tradicional.*

Palabras-clave: *Gramatización brasileña. Gramáticas de lingüistas. Política de lengua(s).*